



**MÉDIO TEJO**  
COMUNIDADE  
INTERMUNICIPAL

## **REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO**

Ata n.º 01/2019

**Data** – 20/março/2019

**Início** – 21h00

**Local** – Cidade de Tomar, na sede da CIM do Médio Tejo - Convento de São Francisco

**Termo** – 00h00

**Presenças** – Lista Anexa

### **ATA n.º 01/2019**

Ao vigésimo dia do mês de março/2019 com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a reunião ordinária de março/2019 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----  
-----

#### **Antes da Ordem do Dia:**

1. Aprovação da ata
2. Período antes da ordem do dia.

#### **Ordem do dia:**

1. Informação da atividade da CIM do Médio Tejo;
2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas;
3. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação constante na prestação de contas;
4. Alteração ao Mapa de Pessoal;
5. Aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento;
6. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;
7. Intervenção do público ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do regimento.

¶¶

#### **Antes da Ordem do Dia:**

O presidente da mesa da Assembleia Intermunicipal deu as boas vindas a todos os presentes, dando as boas vindas à nova presidente da CIM do Médio Tejo, Anabela Freitas e desejando de igual modo o maior sucesso nas novas funções à Dra. Maria do Céu Albuquerque, atual Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional. Dando continuidade aos trabalhos começou por informar os presentes das faltas e respetivas substituições indicadas por alguns dos senhores deputados, respetivamente: -----  
-----  
-----

Faltas e respetivas substituições: -----

NOME	SUBSTITUTO
António Ribeiro Gameiro – PS de Ourém	Catarina Borges Faria – PS de Ourém
Paulo Sérgio Duque de Brito – PSD de Vila de Rei	Hélder Jorge Dias Antunes – PSD Vila de Rei
João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro – PSD de Tomar	Luís António Antunes Francisco – PSD de Tomar

☞☞

Faltas sem substituição: -----

NOME
Rui Fernando Anastácio Henriques – PSD de Alcanena José António dos Santos Almeida – PSD de Mação

☞☞

O presidente da Mesa deu conta igualmente dos deputados que teriam de tomar posse -----

NOME
Patrícia Santos Louro Anacleto – PS de Alcanena

Deu conta de na última Assembleia não ter chegado à mesa uma moção sobre a Bacia Hidrográfica do Tejo, aprovada pela Assembleia Municipal do Entroncamento. Contudo, informou como já havia sido falado que irá ser realizada uma sessão temática sobre as questões do ambiente e considerou que fazia sentido trazer esta moção nessa sessão. Assim, deu nota que esta proposta será incluída nessa reunião, prevista para dia 5 de junho, dia em que se comemora o dia mundial do ambiente.-

☞☞

### 1. Aprovação da ata -----

O presidente de mesa questionou se algum dos senhores deputados pretendiam usar da palavra neste ponto. Foi solicitado pelo deputado Rui Ferreira da CDU de Constância usar da palavra para fazer um reparo à ata, dando conta de uma incorreção certamente, ou seja, onde se fala em Centro Hospitalar do Médio Tejo, numa frase dita pela anterior presidente, é referido “a escolha por parte dos médicos recentemente formados dos hospitais perdem idoneidade para fazer especializações”.., ou seja, foi referido que os hospitais não têm idoneidade para os médicos fazerem essas especializações e por isso não se fixavam cá. A deputada Piedade Pinto, do PS de Abrantes referiu que a presidente queria dizer exatamente o contrário. (página 4 no 2.º parágrafo).-----

Verificado este lapso, e com a indicação de efetuar as devidas correções a ata foi colocada a votação, com a indicação de 4 deputados não votarem, dado que não estiveram na sessão anterior.-----

O deputado António Ribeiro, do PS de Vila Nova da Barquinha solicitou também algumas alterações no âmbito da sua intervenção: -----

Onde se lê (paragrafo 11 da pág. 9), "seguidamente usou da palavra o deputado António Ribeiro que questionou, relativamente aos Sapadores Florestais, como vai ser feita a gestão do risco, como é feita a planificação da atuação das equipas no terreno, e se vão ter atividades de risco elevado. Questionou ainda se o investimento tem retorno relativamente à questão das taxas de absentismo e se não faria sentido existir manuais de segurança e saúde no trabalho intermunicipais". -----  
Deve ler-se, "seguidamente usou da palavra o deputado António Ribeiro que questionou, relativamente aos Sapadores Florestais, a forma como vai ser feita a planificação da atuação das equipas no terreno, sobre a segurança e saúde no trabalho, destacou a importância do investimento da programação da gestão de risco nas atividades dos municípios com especial atenção para as atividades consideradas de risco elevado realizadas pelos municípios, no sentido da diminuição das taxas de sinistralidade e absentismo devido a acidentes e doenças profissionais. Questionou ainda se não faria sentido existir um manual de prevenção e controle de risco laborais para ser utilizado pelos municípios da CIMT". -----

Foi sugerido pelo deputado Silvestre Pereira, do PS de Alcanena que a ata quando estivesse pronta pudesse ser enviada aos deputados e estes poderem efetuar os seus comentários, com a indicação de um prazo. Caso não se pronunciassem dentro do prazo estipulado, a mesma era dada como pronta a remeter à Assembleia.-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

■ ■

Ainda no período antes da ordem do dia, alguns deputados pediram para usar da palavra ao presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal. -----  
Começou por intervir o deputado João Moura do PSD de Ourém que cumprimentou a nova presidente da CIM, desejando-lhe votos de um bom mandato, informando que poderá contar com o PSD sempre numa perspetiva construtiva. A sua intervenção de hoje, à semelhança do que já tinha feito na passada reunião tinha a ver com a bonificação dos passes nas áreas metropolitanas, ou seja, questionou como pensava a CIM fazer já a partir do próximo mês, considerando que não devemos sacrificar os cidadãos. Uma outra questão levantada tem a ver com como o próprio referiu "espevitara" esta CIM a liderar a oportunidade de Tancos como alternativa ao Aeroporto Humberto Delgado. Comentou faltar a Tancos a liderança de um lobby que esta região não tem. Considerou de extrema importância podermos aproveitar uma infraestrutura já existente. -----

Evelina Mendes do PSD de Torres Novas interveio também e sobre as questões de saúde. Transcreve-se a sua intervenção: -----

"Considerando as competências específicas das Comunidades Intermunicipais, relativamente àquela que deve ser a articulação entre os municípios e a rede de equipamentos de saúde, neste caso em particular dos equipamentos de Saúde ao serviço da população dos concelhos do norte do distrito de Santarém, considera o Partido Social Democrata que a resposta ao nível de cuidados de saúde hospitalar, no presente momento é crítica, carecendo de ação imediata por parte do Governo. -----

Neste sentido, revelam as recentes notícias que dão conta da falta de capacidade em dar resposta ao atendimento de Urgência dos utentes dos concelhos mais a norte do distrito, como é o caso do Concelho de Ourém, utentes que, por decisão do Partido Socialista, se encontravam a ser encaminhados para o Centro Hospitalar de Leiria. Com efeito, considerando o colapso total do Hospital de Leiria e a evidente falta de capacidade para dar resposta às necessidades de saúde da população, verifica-se que o desinvestimento que existe no Centro Hospitalar, em particular no hospital de Tomar, situado no concelho em que a senhora presidente da CIMMT preside, é alargadamente e manifestamente injustificado. -----

A esta realidade, não se podem descurar as limitações ao nível das infraestruturas do Hospital de Abrantes, nomeadamente no que diz respeito ao Serviço de Urgências, que dá resposta a todo o norte do distrito de Santarém e parte do distrito de Castelo Branco e parte do distrito de Portalegre. Considera, portanto, o PSD, que é urgente que o Governo clarifique quais são os planos para a urgência do Hospital de Abrantes, nomeadamente se existe algum investimento estruturado, pensando em particular para aquela unidade hospitalar e, a haver, quais são os *timings* previstos para a conclusão das intervenções. -----

Para além do já exposto, também as limitações ao nível dos recursos humanos são gritantes, colocando verdadeiramente em causa a qualidade dos cuidados de saúde prestados. Para este facto muito contribuíram as opções do governo do partido socialista, nomeadamente no que diz respeito à adoção do regime de 35 horas de trabalho em serviços de laboração contínua (enfermarias), sem acautelar devidamente a contratação de enfermeiros e assistentes operacionais para colmatar as horas que deixaram de estar previstas em horário de trabalho, obrigando os

trabalhadores a realizar trabalho extraordinário contra a sua vontade, ao mesmo tempo que foi necessária a adoção de medidas drásticas de encerramento de camas no Centro Hospitalar do Médio Tejo. -----

Por fim, o desinvestimento ao nível do equipamento diferenciado, que permita ao Centro Hospitalar atrair novos profissionais que aqui queiram desenvolver a sua carreira, aliado às limitações impostas pelo governo no que diz respeito aos valores e pagar aos médicos prestadores de serviços, quando todos sabemos que numa zona de interioridade e para benefício das populações é necessário recorrer a este tipo de contrato para assegurar os serviços médicos, tem dificultado em muito a contratação de profissionais das diversas especialidades, o que contribui para uma resposta tardia e pobre, ao nível dos cuidados de saúde. -----

Em suma, consideramos que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, independentemente das suas motivações partidárias, tem o dever de exigir para as populações que representa uma resposta de excelência ao nível dos cuidados de saúde prestados, ainda para mais quando falamos das populações envelhecidas, que devem ser devidamente valorizadas e desprotegida. Mais do que inaugurações e reinaugurações da fachada, são necessários os investimentos de fundo que se encontram devidamente identificados e que são verdadeiramente imprescindíveis." -----

Após esta intervenção, dá-se início à intervenção de Paulo Constantino do PS de Vila Nova da Barquinha, que teceu as suas primeiras palavras desejando o início de um bom mandato à nova presidente, bem como o maior sucesso à Dra. Maria do Céu nas suas novas funções governativas. -----

Enalteceu a excelente medida do Governo no que concerne aos passes sociais. De importância realçou a utilização dos transportes públicos, o que também se irá traduzir em questões ambientais. Referiu que esta medida acaba com a discriminação com os habitantes do interior. ---- Terminou a sua intervenção solicitando um ponto de situação sobre a questão dos passes intermunicipais e qual o impacto que isto trará. -----

Logo de seguida, usou da palavra o deputado João Simões do PS de Tomar que desejou à presidente Anabela Freitas um mandato profícuo. Falou sobre um assunto que estava na ordem do dia pelas piores razões, nomeadamente a cidade da Beira, a sofrer uma das suas piores situações. Referiu solidarizar-se com este povo, tendo sido feito um minuto de silêncio entre todos os deputados e demais representantes na reunião. -----

Deputado António Mor do PS de Abrantes, começou por dar as boas vindas à senhora presidente, Anabela Freitas, desejando a continuação de que seja feito um bom trabalho. Deu conta do que está a acontecer com os nossos bombeiros, mostrando-se solidário com todos. Foi introduzido um ponto, onde foi demonstrado um voto de solidariedade com o povo de Moçambique e com todos os bombeiros. -----

Deputada Joana Ramos do PSD do Sardoal, começou a sua intervenção enaltecendo a CIM do Médio Tejo, enquanto entidade potenciadora da região, dando conta do seu agrado com a tomada de posição pública sobre a Casa-Memória de Camões. Considerou que a nossa pouca distância ao grande centro urbano da capital pode e deve ser uma mais valia e não visto como um constrangimento, pois referiu que quem opta por viver no interior fá-lo por opção e também por acreditar que a vida aqui tem muitos aspetos positivos. -----

João Carlos Almeida do PSD da Sertã, dá conta da EN 238 ser "uma pedra no sapato", comentando a ligação que se foi perdendo com Tomar. Abordou os passes sociais, bem como as alterações no plano de pormenor da Albufeira de Castelo do Bode. -----

Rosa Teixeira, do CDS-PP do Entroncamento, interveio para questionar sobre quais as medidas que estão a pensar ser aplicadas no âmbito dos passes sociais. -----

Hugo Costa deputado do PS de Tomar, interveio em resposta ao deputado João Moura sobre os passes sociais, lembrando que a lei em ponto algum refere que se trata de uma medida só para Lisboa. No que diz respeito ao aeroporto de Tancos deu conta de sempre defender este aeroporto na nossa região. -----

Interveio de seguida o deputado Rui Ferreira dizendo que considera uma medida justa a dos passes sociais, contudo não entende porque a sua implementação está a ser feita com diferentes ritmos, dando conta que os mais fracos são sempre os mais penalizados e isso considera incompreensível. Um outro aspeto que levanta tem a ver com a deficiente cobertura de rede Internet em várias localidades, solicitando à CIM que se empenhe nesta matéria. -----

De seguida interveio o deputado Mário Balsa, do PS do Entroncamento, que abordou também a questão dos passes sociais, criticando a posição da bancada do PSD sobre esta matéria. Por outro lado, referiu que se tratam de negociações duras, e que a CIM do Médio Tejo tem vindo a esta parte a desenvolver esforços com os operadores, nomeadamente com a CP. -----

Tal como já havia sido referido em outras intervenções sobre este tema, destacou a importância das medidas em curso, que poderão envolver reduções na ordem dos 40%, acima de tudo o mais importante, independentemente das cores partidárias. -----  
Deixou como nota final, as dificuldades sentidas no âmbito da mobilidade na nossa região, destacando como um bom exemplo o projeto pioneiro que a CIM desenvolveu, Transporte a Pedido. -----

Terminada esta intervenção, usou da palavra a deputada Piedade Pinto, do PS de Abrantes, para abordar o tema da saúde. Deu conta que os indicadores do Serviço Nacional de Saúde demoram muito tempo a serem construídos, e que é relativamente fácil destruir aquilo que se faz, por exemplo dando conta do que aconteceu com a saúde no âmbito da Troika e que ainda hoje deixa este sistema fragilizado e desorientado. -----

O deputado João de Matos Filipe, do PS de Mação, interveio sobre a poluição no rio Tejo, que se passa a transcrever: -----

“A CIM, em 2017, participou nos trabalhos realizados pela Comissão de Acompanhamento sobre a poluição no rio Tejo, então criada pelo Senhor Ministro do Ambiente. Hoje, pese todas as situações ainda pendentes sobre esta matéria, é evidente, porque notória, uma ligeira melhoria no que respeita ao aspeto de água do rio. -----

Contudo, tem sido colocado na poluição o grande foco de preocupação sobre o rio, quando esse é somente um dos seus males. O rio tem outros padecimentos que, tal como a doença da poluição, têm de ser medicados. Referimo-nos à falta de caudais ecológicos mínimos permanentes adequados às exigências das espécies piscícolas e da fauna e flora taganas. Afirmou em tempos, o senhor Ministro que a EDP teria de garantir esses caudais ou mediante negociação ou mediante decisão governativa pura e dura. -----

Até agora, sobre esta matéria nada se alterou. No passado fim de semana, a pé, atravessei a Ortiga, margem direita, para Alvega, margem esquerda, não o rio, mas o caminho de pedras do seu leito pois água não havia. Para lá da irregularidade dos caudais, pois no espaço de uma hora, o rio até ali sem água pode “ganhar” tanta água como se estivesse em pleno espaço de cheia, temos o problema de outra doença que pode e deve ser solucionado a nível regional, a nosso nível. -----

Trata-se do açude insuflável de Abrantes construído com fins lúdicos e com um “passa peixe” que não funciona. Trata-se de um obstáculo à conectividade do caudal que, se ativado durante os meses de verão não afetaria os ciclos de reprodução das espécies. Contudo, o mesmo já não acontece nos meses de inverno. Neste período da desova das espécies, se estiver inativo, facilmente se pode criar as condições no leito do rio, a jusante do paredão, que permitam ao peixe e às embarcações ultrapassar esse obstáculo sem dificuldades de maior. -----

Veja-se o contrassenso: zonas de pesca profissionais, porque zonas nobres de desova têm início na zona do açude insuflável e terminam, a montante, junto Barragem Belver: Pergunta: Quem a nível da APA conhece o rio? -----

Devemos a nível da CIM, levar estes dados a quem de direito para adoção das medidas adequadas e necessárias à correção de anomalias.” -----

A presidente da CIM interveio no final de todas as intervenções, referindo ser muito frontal na sua intervenção. Defende que a região é feita de concelhos com identidades próprias. No caso saúde refere que os equipamentos devem estar onde está a população, e que a saúde deve ser abordada de uma forma transversal e integrada. Por exemplo refere o que todos nós sabemos, e que as urgências muitas vezes são falsas urgências, como é obvio devem ser analisados os cuidados de saúde primária. -----

Partilhou da opinião do deputado Rui Ferreira, quando este fala na deficiente cobertura de internet, mas também alerta para as candidaturas em curso que podem ser feitas individualmente pelas câmaras e juntas de freguesia. -----

Deu conta de várias intervenções que estão a se feitas no âmbito dos passes sociais, referindo uma dotação financeira do fundo ambiental na ordem dos 870 mil euros, referindo uma parcela a alocar não inferior a 60% aquilo que é a redução tarifária. -----

RR

## Ordem do Dia

### 1. Informação da Atividade da CIM do Médio Tejo -----

O presidente da mesa solicitou à presidente do Conselho Intermunicipal que efetuasse a sua apresentação relativamente a este ponto. -----

A presidente iniciou a apresentação fazendo referência às candidaturas associadas ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, assim como o trabalho que tem sido feito neste âmbito em diversos projetos. Sublinhou o aumento da dotação de 48,5 M€ para 55,8M€. -----

No que diz respeito à execução foram referidas a submissão de 36 candidaturas municipais, das quais 18 se encontram aprovadas, 125 em análise e referentes a eficiência energética, 9 em análise referentes a intervenções em infraestruturas de saúde, património cultural e educação. Por outro lado, referência à aprovação de 5 candidaturas intermunicipais. -----

No que diz respeito às prioridades de investimento de apoio às empresas e ao emprego (SI2E), partilhou a atividade desenvolvida, dando conta da 1.ª fase do aviso do aviso (términus 30/06/2017) da submissão de 79 candidaturas, da aprovação de 53, das quais 31 candidaturas FEDER e 23 FSE. 2.ª fase do aviso (términus a 20/09/2017) com a submissão de 82 candidaturas, aprovação de 48, das quais 25 FEDER e 23 FSE. Por último a 3.ª fase (términus a 29/12/2017) com a submissão de 64 candidaturas das quais são aprovadas 34, 21 FEDER e 13 FSE. -----

Deu conta da participação desta CIM na BTL que decorreu de 13 a 17 de março, e onde foi apresentada a Festa dos Tabuleiros, o projeto StayOver Fátima-Tomar, Caminhos, Castelo de Board e a Páscoa no Médio Tejo. -----

No que diz respeito ao projeto das Rotas e Percursos em Património Natural referiu que se aguarda decisão quanto à proposta de reprogramação da candidatura, que apresentou ao Centro 2020, de modo a incluir outros investimentos de interesse para a valorização do património natural do Médio Tejo. Foi referida a programação do Caminhos respetivamente referente a 13 e 14 de abril. -----

Outros projetos foram referidos, no âmbito da Afirmção Territorial do Médio Tejo, como foi o caso da campanha Castelo de Board, que divulga o Wakeboard na barragem e outras atividades, a apresentação de uma candidatura em junho de 2018, com vista à criação, desenvolvimento e certificação da Estação Náutica de Castelo do Bode (ENCB), a qual já envolve 73 parceiros. A campanha StayOver Fátima-Tomar que em colaboração com a IDTOUR, empresa consultora, têm vindo a ser realizadas sessões de esclarecimento aos parceiros aderentes para apresentação da plataforma onde poderão ser feitas as reservas. -----

Sublinhou também o Caminho Português de Santiago e a criação de uma sinalética comum neste âmbito; bem como teceu algumas notas sobre a versão 2 da APP Descubra, esclarecendo os municípios que até à data já se encontravam com a nova versão. -----

No âmbito da educação, elencou as ações concretizadas desde janeiro de 2019, em concreto no âmbito da correção da acuidade visual e auditivo no pré-escolar; olimpíadas de jogos tradicionais; programa de visitas de estudo; bibliotecas públicas; mindgames; miúdos digitais; cafés com ciência; oferta formativa; grupos de trabalho. -----

Algumas notas foram também tecidas no que diz respeito ao PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária, esclarecendo que se trata de um programa de financiamento das autoridades de transporte para o desenvolvimento de ações que promovam a redução tarifária nos sistemas de transporte público coletivo, assim como o aumento da oferta de serviço e expansão da rede. Indicou que a dotação 2019 é de 870.984,00€ (findo ambiental). -----

No âmbito do processo de constituição de sistema intermunicipal e da constituição da empresa intermunicipal, esclareceu que estão 6 entidades gestoras envolvidas (Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha). Esclareceu que foi aprovado nos órgãos competentes das referidas entidades gestoras que a condução de todo o processo na interação com as entidades competentes seja realizada pela CIM, até à constituição formal da empresa intermunicipal e durante o período de transição previsto no Contrato de Gestão Delegada com a duração de 6 meses, sem prejuízo da sua necessária articulação com cada município. Por outro esclareceu que o processo de constituição desta empresa foi enviado a 20 de fevereiro/2009 para o Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, aguardando-se até à data o respetivo visto. -----

Terminada a sua intervenção, inscreveram-se vários deputados para usar da palavra respetivamente João Moura do PSD de Ourém, Rui Ferreira da CDU de Constância, Manuel Filipe do PS de Torres Novas. -----

João Moura questionou a senhora presidente sobre a transferência de competências, para saber como está este assunto, bem como solicitou informações sobre o PART, como estavam as negociações com a CP. -----

Rui Ferreira, voltou a falar na cobertura de rede da internet nos 13 concelhos que é deficitária. ----  
Referiu concordar com a programação cultural em rede, deixando a nota da importância de se refletir sobre os recursos endógenos que temos, como teatros, bandas filarmónicas, fundamentando que devemos sustentar o que já temos no nosso território. -----

No âmbito do PEDIME, solicitou informações sobre as práticas experimentais de ciências, qual a composição do observatório intermunicipal da educação. Falou também na questão do ordenamento florestal e do investimento que envolve. -----

Manuel Filipe, do PS de Torres Novas questionou sobre as melhorias ao nível da educação, por outro lado, também comentou a rede internet nas escolas, dando conta de muitos computadores ligados, o que também dificulta o processo. -----

Terminadas estas intervenções passou a usar da palavra a senhora presidente da CIM do Médio Tejo, que começou por referir que a matéria sobre o Turismo não é consensual dentro da nossa CIM e que tem de ser tratada por técnicos especializados e profissionais referindo o Turismo do Centro. No que diz respeito ao Caminhos, Anabela Freitas defende que o projeto não se foca só na promoção dos agentes culturais locais, mas em trazer também ofertas externas. -----

Quanto à internet deficitária alertou para a existência de programas aos quais as autarquias se podem candidatar isoladamente. -----

Terminados os esclarecimentos, o presidente da mesa da Assembleia Intermunicipal prossegue a reunião, passando aos pontos seguintes. -----



## **2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas -----**

O programa de atividades da CIM do Médio Tejo, no ano de 2018, teve como referencial o estabelecimento nas OPO, e foi de continuidade ao Quadro Comunitário de Apoio – Portugal 2020, com o desenvolvimento dos projetos intermunicipais e a operacionalização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM do Médio Tejo celebrado com as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais do Centro, Inclusão Social e Emprego (POISE), Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (POSEUR) e Programa de Desenvolvimento Rural (PDR). -----

Em termos de execução física e/ou financeira os projetos intermunicipais mais relevantes de 2018 foram o de “Produtos Turísticos Integrados”, “Programação Cultural em Rede – Caminhos”, Rotas e Percursos do Médio Tejo”, PEDIME – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo; “Gestão Integrada de proteção Civil e Florestas” e Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Médio Tejo”. -----

No que diz respeito aos Recursos Humanos a senhora presidente referiu a situação existente a 31 de dezembro/2018, dando conta do mapa de pessoal que é composto por 22 trabalhadores e um secretário executivo. Ainda deu conta que no decorrer de 2018 a CIM contou com a colaboração de 2 docentes em regime de destacamento a exercer funções na educação. -----

No âmbito da formação, apresentou-se um quadro com a distribuição das necessidades de formação pelos funcionários. -----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.



## **3. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação constante na prestação de contas -----**

O Senhor Presidente da mesa da Assembleia comentou tratar-se de um documento que por via do que decorre da lei, tem de ser apresentado a todos, dando assim a informação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal. -----

**Deliberação** - Os deputados tomaram conhecimento do seu conteúdo



#### **4. Alteração ao Mapa de Pessoal** -----

O presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal passou a palavra à senhora presidente da CIM que teceu alguns esclarecimentos sobre este assunto. -----

Referiu a necessidade de ser alterado o mapa de pessoal de acordo com a criação de novos postos de trabalho, como é o caso por exemplo da integração de:

29 postos de trabalho para Assistente Operacional (Sapadores Florestais), em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto;

1 posto de trabalho para Técnico Superior (Licenciatura na área das Ciências Florestais), em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado;

2 postos de trabalho para Técnico Superior (Licenciatura na área de Economia / Gestão de Empresas), em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado;

1 posto de trabalho para Técnico Superior (Licenciatura em Direito), em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado

1 posto de trabalho para Técnico Superior (Licenciatura na área de Mobilidade e Transportes), em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado.

1 posto de trabalho para Técnico Superior (Licenciatura em Turismo), em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado.

1 posto de trabalho para Especialista de Informática, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo período inicial de 1 ano, prorrogável por iguais períodos.

Deu conta que nos últimos anos, toda a conjuntura de competências e regras impostas às Comunidades Intermunicipais, foi crescendo de forma muito significativa, encontrando-se hoje em curso um conjunto vasto de atividades e de projetos intermunicipais, que exige que a CIMT se dote de estruturas e meios técnicos eficazes, capazes de responder às solicitações dos Municípios e outras entidades locais, regionais e mesmo nacionais, por forma a assegurar uma cada vez maior coordenação técnica na concretização da sua estratégia.

Neste sentido, pelo elevado número de atividades que compõem as equipas da CIM do Médio Tejo, pela complexidade inerente à necessidade de articulação com parceiros envolvidos, e por forma a serem alcançados os objetivos propostos, é necessário que a CIMT esteja dotada de recursos humanos com as devidas competências face à estratégia definida.

Desta forma, verifica-se que a previsão das necessidades identificadas pelos serviços aquando da elaboração do Mapa de Pessoal para 2019, neste momento, é insuficiente face ao adequado desenvolvimento dos trabalhos, tornando-se necessária a alteração da sua composição, com a criação dos postos de trabalho acima descritos, a prover no Mapa de Pessoal de 2019.

**Deliberação:** Aprovado por maioria com duas abstenções da CDU



#### **5. Aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento** -----

O presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal passou a palavra à senhora presidente da CIM que teceu alguns esclarecimentos sobre este assunto. -----

Deu conta que a presente revisão tinha a ver com o lançamento de procedimentos para a execução da candidatura aprovado pelo Fundo Ambiental, no âmbito do PART, com a questão dos novos sapadores florestais que ingressam na CIM.

**Deliberação:** Aprovado por maioria com duas abstenções da CDU



#### **6. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;** -----

O senhor presidente da mesa da Assembleia comentou tratar-se de um documento que por via do que decorre da lei, tem de ser apresentado a todos, dando assim a informação da lista dos

compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal. -----

-----  
**Deliberação** - Os deputados tomaram conhecimento do seu conteúdo

☞☞

**7. Intervenção do público ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 49 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do regimento** -----

-----  
Não havendo mais intervenções, nem se confirmando a presença de público na sala o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu como encerrada a sessão. -----

☞☞

